

# A felicidade evadida. Uma interpretação da nostalgia\*

Happiness evaded. An interpretation of nostalgia

Arnold Gehlen

Para me aproximar de meu tema será necessário fazer um desvio, e em especial algumas observações sobre o tema de todas estas contribuições: a felicidade. Chama a atenção do sociólogo que de certa maneira se cumpriu a reivindicação, surgida no século XVIII, de uma felicidade terrena para todos. Em suas origens esta ideia pareceu exagerada e gozou de pouca credibilidade. Caso se estabelecesse como objetivo último a satisfação das necessidades de todos os seres humanos em um determinado patamar, tal coisa seria possível. Mas em uma sociedade regida por filósofos, como a sonhada por Platão, a felicidade estaria numa situação diferente e, felizmente, há poucas chances de que possamos ainda vivenciar tal coisa.

Ao contrário: por toda a parte vemos como a ideia de felicidade se introduz no ideal de bem-estar, visto como condição de nossas reivindicações. O sociólogo Götz Briefs afirma já em 1926, em seu ensaio "O proletariado industrial", que o núcleo da transformação *ética* da Era Moderna assentaria na *eticização* do ideal de bem-estar (BRIEFS 1926).

142

Eticização significa aqui algo diferente. Em primeiro lugar, é uma prioridade da demanda por satisfações de todo tipo e que se vive com a consciência limpa; embora o destinatário das demandas individuais seja a sociedade ou o Estado. Em segundo lugar, este anseio de felicidade se antepõe às demandas que o Estado poderia nos colocar, embora as pessoas empreguem de bom grado a fórmula segundo a qual o Estado está em função delas e não o contrário. Em terceiro lugar, a divisão desigual dos bens garantidores de felicidade é percebida como uma injustiça e mesmo como a mais fundamental das injustiças. E em quarto, perdem credibilidade e caráter de exemplaridade todas aquelas situações em que se exigem mais sacrifícios que direitos.

Todas essas inovações no campo dos valores remontam ao século XVIII, são filhas do Iluminismo. Isso foi demonstrado por Jacob L. Talmon no livro "As origens da democracia totalitária". O jacobino Gracchus Babeuf, ele próprio guilhotinado em 1797, exigiu: "Garantam a cada cidadão individual um nível de

\* Arnold Gehlen (1904-1976) foi professor de filosofia das universidades de Leipzig e Königsberg. Depois da Segunda Guerra, lecionou sociologia e psicologia nas escolas superiores de Speyer e Aachen. Seus principais livros são *O ser humano* (1940), *Ser humano primitivo e civilização tardia* (1956), *Imagens de época* (1960) e *Moral e hipermoral* (1969). O ensaio aqui traduzido foi publicado originalmente com o título "Das entflohenes Glück. Deutung der Nostalgie", em: HOMMES, Ulrich (Hg.). *Was ist Glück? Ein Symposium* [O que é felicidade? Um simpósio]. München: Fischer, 1976, p. 26-38; e também na revista *Merkur*, v. 30, n. 5, p. 432-442, 1976. Empregou-se a versão disponível na *Arnold Gehlen Gesamtausgabe VI*. Frankfurt am Main: Klostermann, 2004, p. 552-565. O tradutor Sérgio da Mata expressa seus agradecimentos ao editor geral das obras completas de Gehlen, Prof. Karl-Siegbert Rehberg, pela autorização para a publicação desta versão em português.

felicidade permanente, a satisfação das necessidades de todos e um rendimento fixo, independentemente de suas incapacidades, de sua imoralidade ou das más intenções dos poderosos" (*apud* TALMON 1961, p. 178). A última revolução (a de 1789), dizia ele, evidentemente não fora ainda concluída porque não tinha realizado a felicidade geral (TALMON 1961, p. 190).

Mas o ideal aqui caracterizado é problemático em seus limites tanto para cima quanto para baixo. O nível de bem-estar não deve ser elevado de maneira tão descabida caso queira parecer realizável. Também não se pode negar que, enquanto tal, a ânsia por felicidade é antipolítica porque, do ponto de vista político, existem Estados bem-sucedidos e com grande autoridade que fomentam em si e em seus cidadãos objetivos políticos ambiciosos, e que deles exigem que abram mão do que não pode ser realizado, posto que não fazem da edificação do bem-estar a maior das prioridades.

Foi aliás por estas razões políticas que, diante das guerras de coalizão contra a França, Saint-Just e Robespierre se viram obrigados a diminuir significativamente as suas expectativas. Saint-Just achava que a soma da virtude a um pedacinho de terra poderia garantir a felicidade, que consistiria no gozo do necessário sem fartura. "Um arado, um pedaço de terra e uma casinha, distante da ganância do assaltante, é ali que está a felicidade" (*apud* TALMON 1961, p. 148).

Surge aqui, talvez pela primeira vez, a ideia de uma primitivização consciente do padrão de vida coletivo com o objetivo de se elevar o poderio militar nacional que, desde então, rejuvenesceu de diversas formas e sob diferentes palavras de ordem. Caso a prioridade do bem-estar tivesse de ser sacrificada, que fosse sob a famosa fórmula "quereis manteiga ou canhões?"

Nos últimos tempos e depois que a *pax americana* logrou erigir sempre novas pirâmides de reivindicações e para as quais a palavra "qualidade de vida", em sua franqueza, é ainda mais característica, surpreende que inclusive nas opulentas sociedades industriais um número não desprezível de pessoas abra mão de suas necessidades de consumo. Por meio de um padrão de vida pronunciadamente simples se atinge com facilidade um fortalecimento do ideal de liberdade, no sentido de uma independência interna e externa. O conhecido psicólogo Peter H. Hofstätter mostrou que 25% dos estudantes universitários do sexo masculino são avessos ao trabalho e inclinados a deixar o emprego, demonstrando ódio e repulsa pela ideia de terem uma profissão. À ideia de profissão eles associam termos como avareza, escravidão, nojo, miséria (HOFSTÄTTER 1972, p. 108 e ss.).

A interpretação não é fácil. Pode ser que se trate de verdadeiros preguiçosos, mas também de pessoas com concepções atípicas de felicidade, que talvez se coloquem politicamente em luta contra a sociedade de consumo capitalista, ou que apesar da eticização do bem-estar em nossa sociedade percebem um deficit de ideais que elas não querem que seja satisfeito apenas retoricamente. Somente depois de novas pesquisas será possível saber qual dessas hipóteses é a mais correta.

Já indiquei o limite superior da ideologia do bem-estar. Como se sabe, é móvel o patamar abaixo do qual se pode falar em carência e acima do qual em

excesso. Com efeito, todos se acostumam ao nível mais alto atingido, que se torna autoevidente e, deste modo, um ponto zero a partir do qual se começa a contar novamente e a partir do qual novos índices de prosperidade se tornam visíveis. Esta é a razão pela qual toda classe de endinheirados inveja apenas a camada que se situa acima dela e porque somente poucas pessoas refletem sobre a possibilidade de equiparação que se lhes apresenta. Daí se pode enfim compreender o inteligente conceito de felicidade de Thomas Hobbes (*De homine*, 11, 15), que a definiu como *ad fines semper ulteriores minime impedita progressio*, um progresso o menos impedido possível à consecução de fins cada vez mais distantes.

À constituição e essência do ser humano pertence uma sobrecarga de impulsos que estão por trás daquelas forças, e que já têm um alcance excessivo, que são seus sentidos, seu pensamento, seu desejo. Vale dizer, o potencial desses impulsos ultrapassa em muito as necessidades vitais básicas necessárias ao longo de uma vida. O indivíduo quer a satisfação de pulsões, ampliação de experiências e multiplicação de estímulos para além todo ponto zero das condições habituais da vida. Ele é empurrado, digamos assim, para um "mais além", para uma situação qualquer de superabundância, seja ela de tipo material, espiritual ou intelectual. Superabundância (*Überfluss*) é uma palavra duvidosa, que se aproxima da de "supérfluo" (*überflüssig*). O quadro acima descrito está prenhe de conflitos e nos torna dependentes de chances e acasos forçados, mas também de intervenções perturbadoras, pois o aumento de nosso bem-estar depende de condições que não estão sob nosso controle. Aliás bem pode ser que a mecanização e a coletivização da vida, com sua distribuição de oportunidades da ideia de felicidade, tenham uma importância cada vez menor.

144

Mas com isso não esgotamos tudo o que há de obscuro na questão. Como sobrecarga psíquica adicional há ainda uma lei que se pode formular desta maneira: somente o adquirir está envolto em prazer, não o possuir. Vimos acima como esta lei nos leva, no melhor dos casos, a situações de neutralização do prazer, quando não de desinteresse em relação às ocupações do dia a dia em nossas esferas cotidianas; ou então à ampliação das vivências ou da capacidade de ação. Diante dos estados mais habituais, estes são incomuns e é justamente a eles que se relacionam as sensações de felicidade. Daí o fascínio irresistível de impressões, experiências e encontros extracotidianos a que corresponde uma curiosidade íntima, até mesmo uma pulsão intelectual pelo improvável e pela novidade. Tudo o que por sua aparência exterior ou seu estado interior ultrapassa o patamar mediano atrai nossa atenção e dedicação, sendo esta a razão pela qual os homens pré-históricos já recolhiam e guardavam pedras cintilantes e minerais coloridos. E se hoje nos surpreendemos com a disseminação das drogas não devemos esquecer o fato de que nunca existiu uma sociedade tão primitiva que não tenha identificado em seu meio ambiente toda sorte de substâncias tóxicas e drogas - tabaco ou álcool, mescalina, ópio ou o que quer que fosse - a fim de transformar radicalmente o seu espaço de vivências de tempos em tempos. Subsiste também uma ânsia por auto-elevação nesses estados de ebriedade, talvez no sentido de uma aceleração dos efeitos, tal como o viciado

que injeta sua droga em si mesmo ou o jogador apaixonado que abandona a roleta por considerá-la demasiado lenta e que passa então a procurar um jogo mais rápido.

Já afirmei que somente o adquirir está envolto em prazer, não o possuir. Alguns de vocês colecionam alguma coisa e assim conhecem a excitação que envolve a obtenção uma peça rara. Mas depois de certo tempo diminui a sensação de júbilo desta descoberta, mesmo quando o seu valor se eleva e no horizonte de expectativa surge algo ainda mais raro e que passa então a ser única coisa desejável.

Mas se apenas a aquisição envolve prazer, então a posse se torna algo entediante. O que aliás pode valer para descobertas intelectuais e mesmo as mais elevadas dentre elas. Se a isso acrescentamos outra constatação, de que para além de todo ponto-zero somos empurrados para a região do ordinário, então chega-se a conclusões que não são muito claras. É como se, por nossa própria constituição, estivéssemos obrigados a ficar entre alternativas ruins: o ordinário, isto é, o tédio, que segundo Schopenhauer finalmente desenharia o verdadeiro desespero sobre os rostos, sendo necessário tomar medidas públicas contra ele. Ou então a busca por alguma coisa que, no melhor dos casos, se revela insossa tão logo é obtida ou que se mantém completamente fechada para nós. Eu não vejo nenhuma outra força capaz de nos resguardar de tal princípio que não a vitalidade da juventude.

Tenho de me deter ainda um pouco mais nessas observações inquietantes para poder introduzir o tema da nostalgia. Apoio-me agora nos enunciados de um dos mais notáveis pensadores modernos, Sigmund Freud, que em seu escrito de 1930 *O mal-estar na civilização* perguntou sobre o que os seres humanos querem da vida. Sua resposta: "Eles buscam a felicidade, querem se tornar e permanecer felizes". E prosseguiu: "Este programa é absolutamente inexecutável, todo o arranjo do universo o contraria; podemos dizer que a intenção de que o ser humano seja 'feliz' não se acha no plano da 'criação'" (FREUD 2011, p. 19).

Baseado em sua teoria ele justificou isso, primeiro, com a negação das pulsões que a civilização exige de nós e nos impõe, e, segundo, com a hostilidade de princípio, originária, que os seres humanos mantêm entre si, a conhecida pulsão de agressão. Não me ocuparei com esta última aqui, embora ela possa ter algo a dizer. Mas justificar o mal-estar com a negação das pulsões deixou de ser algo convincente desde que as pulsões sexuais e de agressão passaram a obter ampla liberdade de ação e os seres humanos não se tornaram mais felizes - a não ser que eles sejam adeptos da política do prazer de Marcuse, que advoga a felicidade futura na absoluta ausência de impedimentos. Na verdade, começamos a nutrir a suspeita de que concomitantemente ao aumento da oferta por felicidade também se vende uma crescente expectativa de decepções. Difunde-se algo como um porre por excesso de oferta.

Poder-se-ia, porém, perguntar: e quanto aos prazeres intelectuais? O que se denomina intelecto tem diversas características e também pode ser visto enquanto uma forma de organização do afã pelo novo e pelo que ainda não foi posto à prova. Nesse ponto as inovações dos artistas ou as descobertas dos

cientistas poderiam ser descritas como surpresas intelectuais encontradas após uma longa busca. Quando se é jovem, quando faz-se descobertas ou se descobre um território ainda virgem, o intelecto é capaz de proporcionar sentimentos de felicidade; mas quanto à posse estou convencido de que a maioria dos autores não leem com prazer seus escritos mais antigos; provavelmente acontece o mesmo com os artistas, sobretudo quando são obrigados a reiteradamente copiar o próprio estilo depois de se tornar um artigo de marca. Também aqui parece que o que produz felicidade é apenas o adquirir e não o possuir.

Sei inclusive que no processo de produção pode se manifestar um tipo de aversão à posse da própria produção intelectual, e que, portanto, trabalhamos desde o início imersos numa nuvem de tédio. A pressa seca ou a brevidade, tantas vezes observadas justamente no estilo daqueles que atingiram a maturidade, parecem confirmá-lo. A pessoa fica entediada com suas próprias criações antes mesmo delas serem concluídas. Madame de Staël ou quem sabe o seu oráculo August Wilhelm Schlegel reconheciam algo assim em Goethe, sobre o qual se afirma em *De l'Allemagne* que ele *s'approche des plus grands effets pour les délaissier tout à coup, comme s'il ne valait pas la peine de les produire* - que ele aproxima-se dos maiores efeitos para abandoná-los repentinamente, como se se não valesse a pena produzi-los (DE STAËL 2016, p. 389). Não posso me esquivar aqui de mais uma reflexão embora ela não tenha a ver com meu tema, a de que nas palavras acima encontramos uma explicação para o obscuro conceito de ironia romântica. Caso imaginemos a inteligente observação da Sra. de Staël aplicada também aos artistas e poetas, o que se obtém então é esse pairar do intelecto sobre suas próprias realizações, e por sobre as quais ele parece nos sorrir lá das alturas. A obra de arte e a maior das descobertas científicas já contém, em forma embrionária, algo como uma paródia de si mesmas. Foi assim que um extraordinário artista como Josef Conrad classificou a si mesmo: como uma espécie de inspirado embusteiro.

146

É mais que passada a hora, porém, de explicar por que estas análises foram antepostas ao tema da nostalgia. Já vimos que a busca pela felicidade é uma conta que não fecha. Às vezes a felicidade ao consumir gera, em nós mesmos, o inimigo do consumo que defende sua liberdade. A felicidade associada a certas experiências, por outro lado, só pode surgir de maneira casual e instável; quando é procurada de forma metódica, por exemplo no caso do viciado, então ela se quebra sobre si mesma como uma onda. A felicidade da produtividade intelectual, e que mesmo assim só é acessível a poucas pessoas, se revela frágil porque mostra uma outra face, geralmente omitida, de tédio ou de esgotamento. No longo prazo e em geral, o trabalho intelectual de segunda mão satisfaz apenas aos pedantes. Que possibilidades restam então?

Quando a realidade não confirma ou até mesmo contradiz nosso incansável impulso por um "mais além", ainda assim resta uma última alternativa - evadir no tempo e povoar a própria fantasia com imagens de felicidade. Quando este processo se volta para o futuro, surgem as utopias, que como que reificam magníficas situações vindouras para nós. A utopia haure seus elementos constitutivos somente a partir do presente, mas é de forma seletiva que ela

edifica um belo edifício, ainda que destituído de fundamentos. Nunca obtemos uma resposta à pergunta sobre o que faremos para escapar ao tédio, caso a utopia seja realizada. Quando, porém, a fantasia de felicidade brilha retrospectivamente é que chegamos, enfim, à nostalgia.

Nostalgia significa saudades de casa (*Heimweh*), e hoje muitas pessoas pensam como se ainda vivessem em tempos passados, devotando-lhes um sentimento luminoso. Colecionam-se os restos de épocas antigas, até mesmo o cotidiano em quantidades crescentes, a mobília doméstica, e atualmente estes restos atraem inclusive os mais jovens. Quando se iniciou esse movimento espiritual que hoje se espalha ao infinito e abarca sempre novas relíquias?

Foi o escritor norte-americano William Faulkner, nascido em 1897 e originado numa família empobrecida da aristocracia agrária do sul, quem nos anos 1930 resgatou em grandes épicos, apartados do entorno plebeu, a vitalidade selvagem, a nobreza e a glória, a degeneração e a crueldade dos estados do sul dos Estados Unidos. Ele direcionou então sua fantasia para a época da gloriosa decadência dos estados confederados, por volta de 1865. Ele próprio não a viveu, mas tinha sido a época de seus pais. Nascida em 1900 em Atlanta, Georgia, Margaret Mitchell escrevia naquele mesmo momento seu livro mundialmente aclamado *E o vento levou*, e cuja versão cinematográfica foi ainda mais bem-sucedida. Ela recolheu e estudou por anos os menores resquícios, documentos e descrições dos estados do sul, inclusive os costumes linguísticos, a etiqueta, as modas. Estes romances não são históricos no sentido de Walter Scott ou Felix Dahn; eles nos apresentam um mundo rústico, imenso e exótico, destruído por forças que lhe são externas e vítima de um transcorrer absurdo da história; destinos grandiosos que sobreviveram apenas por meio da literatura, como os burgúndios na Canção dos Nibelungos. A felicidade evadida é a possibilidade de viver de uma forma que nos teria purificado e elevado.

Nesse contexto deve-se ainda acrescentar a *Forsythe Saga* de Galsworthy, obra que apareceu em cinco volumes entre 1906 e 1921. Causa admiração o gênio de sua fina audição, por meio da qual ele ouviu os cupins nas vigas muito antes do advento da guerra. Aqui já soava a grande decadência. Nunca mencionada, ela é pressentida com honra e não com vergonha. Apareceram então os *Buddenbrooks*, em 1901, com o tema similar do declínio de uma família da alta burguesia. Mas há uma diferença fundamental se o pano de fundo é Lübeck ou Londres. O encanto nostálgico destes romances épicos assenta no fato de que seus personagens são por assim dizer vestidos com um prazo de validade. Eles vêm a um mundo dotados do olhar da providência e no entanto são cegos; um mundo que termina para todos, mesmo os mais dilacerados individualistas, com uma moral de sindicato - disso sabemos nós, não eles.

Muito mais direta é a influência de Fontane através de seus romances sobre os meios berlinenses e o distrito de Märkisch de seu tempo. Foram publicados em revistas perfeitamente burguesas como *Gartenlaube*, *Über Land und Meer* ou *Deutsche Rundschau*. Fontane não esperava obter fama póstuma através destes romances que hoje tanto fascinam, nem das cerca de 3.000 páginas de sua história local da Prússia, as *Peregrinações pelo Margraviato de*

*Brandenburgo*, e que agora aparecem em edição de baixo custo, mas sim por meio de suas baladas, que hoje em dia ninguém conhece mais. Ao lado desses grandes autores, os mediadores da nostalgia, há o círculo dos pequenos, e, devo admitir, indiferente à acusação de *kitsch*, que considero magníficas as novas e grandes versões cinematográficas em cores dos romances de Eugenie Marlitt. Há bem pouca literatura moderna hoje em dia à qual não se possa fazer a acusação de *kitsch*, e com isso quero dizer o demasiado acessível e a fragmentação dos pensamentos e sentimentos.

Depois destes exemplos por hora tomados apenas à literatura, pode-se finalmente chegar a algumas conclusões. Nossa nostalgia sempre se prende a um espaço de tempo pregresso que alcança até meados do século anterior. Volta-se para a época de Bismarck ou dos Imperadores Guilherme e Franz Josef. Para além do ano de 1850 não há nostalgia alguma, o período Biedermeier não gera nostalgia e a época do classicismo rococó muito menos.<sup>1</sup> Por conseguinte, a época nostálgica se estende aproximadamente de 1850 a 1914, época do inabalado prestígio e dominação da Europa. Ela não é apresentada, como supõe um tolo slogan, como um “mundinho em ordem”, pelo contrário. Acontecem ali todos os tipos de crimes e aviltamentos, mas há também decência e fidelidade, o sacrifício cego tanto quanto o consciente. Lê-se no *Ptolemäer* de 1949 o alto lamento nostálgico na consciência do fim da civilização ocidental: “o primeiro gesto sustentou o falcão no pulso, o último segurou o pardal na mão” (BENN 1949, p. 11).

148

Tenho agora de dar continuidade à minha interpretação. Há uma consequência repugnante do atual estado de coisas, uma repugnância que nos abre para o efeito magnético do passado. Os choques que nos chegam pela mídia, o agitado ritmo temporal, a excitante política diária, a coerção infinita das compras e a falta de credibilidade de solenes declarações públicas com seus subterfúgios fugazes - isso tudo se desdobra numa energia repugnante, e então percebemos que ocupar-se com o período anterior à guerra, mais do que um valor de relaxamento, tem um valor de orientação.

Difícilmente, porém, serei contestado em minha opinião de que nosso presente carece de forças que o sustentem. Parece que o nó a que tudo estava atado se desfez, e agora os fios nos escapam entre os dedos. Nenhuma coisa, nenhum valor que não seja contestado. Nas camadas inferiores treme-se por causa do desemprego, nas médias por causa de clientes insolventes ou escassez de encomendas, nas superiores por causa de sequestros e terroristas. Mal se consegue pensar numa questão relevante, a começar pela educação infantil, o sistema escolar, o serviço militar, até a legitimidade da propriedade ou do poder decisório existente, que não seja controversa, e, contudo, é gasta a opinião de que a liberdade assentaria justamente nisso. Diálogos entre pessoas ao estilo dos de Ionescu, em que cada qual perde exatamente aquilo que procura no contato com os outros, não podem mais ser vistos como um exagero. Talvez

<sup>1</sup> *Biedermeier* é o nome dado na Alemanha ao período que se estende do fim do Congresso de Viena ao início da revolução de 1848 (NT).

possamos compreender melhor essa desorientação espiritual quando nos damos conta que as pessoas de trinta anos ou mais jovens nunca viveram situações extremas, nenhum perigo de morte, nenhuma fuga, fome, vingança de conceitos, humilhações. Elas se desoneraram de forma totalmente voluntária.

Na era nostálgica, entretanto, encontra-se possibilidade de prospecção, posições consensuais, pessoas que se posicionaram e se responsabilizaram, encontram-se hostilidades políticas, mas sob condições que nos permitem resolvê-las; havia certamente baixeza e malevolência, mas também a postura dos grandes líderes, como quando Bismarck em 1862 ou Sir Edward Grey, em 1914, jogaram às claras as cartas do grande jogo.

Tudo isso, tomado em conjunto, já seria motivo suficiente para um movimento retrospectivo da imaginação em direção ao passado, e que por toda parte revela relações poéticas, mensuráveis e estáveis. A agitação e a angustiada diligência do presente não existiam ali, e pode-se sustentar a afirmação de que o ser humano tem o direito de buscar um mundo mais humano, ainda que somente na imaginação.

Mas eu vejo aí uma outra dimensão. Não se deve esquecer que o retorno nostálgico no sul dos Estados Unidos, na Inglaterra e na Alemanha é sustentado pelos netos de superpotências destruídas. Com isso não queremos pensar na resistência sentimental a uma história que segue inexoravelmente, mas na tristeza espiritual daqueles que percebem quão penetrante e requintadamente age o desenraizamento. Naturalmente, aqui se evidencia um termo como "reacionário", e eu me divirto ao ver o apelo do político italiano Amintore Fanfani, que inclui a luta contra a nostalgia e as manifestações de influência fascista entre os mais importantes problemas italianos (*Die Welt*, 21/05/1975). Ora, não sei pelo que anseia a população da Itália, mas o viajante se surpreende ali com as centenas de pichações que expõem as condições atuais a partir de todas as posições políticas possíveis.

Posso enfim recorrer a uma pessoa bastante conhecida, Bertrand Russel, em apoio a minhas opiniões. Por negar-se ao serviço militar ele foi preso durante a Primeira Guerra mundial. Era um pacifista, membro da ala esquerda do Partido Trabalhista, agraciado com o prêmio Nobel. No segundo volume de sua autobiografia, publicada em 1973 pela editora Suhrkamp, e escrita em idade avançada, Russel escreveu literalmente: "Sinto falta do sustentáculo da continuidade histórica e do pertencimento a uma grande nação" (RUSSEL 1973, p. 238). Difícil caracterizá-lo com um fascista.

Caso essa interpretação histórico-política da nostalgia esteja correta, compreende-se então por que não encontramos nostalgia na França. Este país ainda é soberano, não foi derrotado, tem a coesão política das grandes nações e, apesar de todos os conflitos internos, não se curva desde a época dos gauleses. Também na Rússia ou na Espanha não há nostalgia. Ambos foram capazes de preservar sua substância e não estão obrigados a procurar por sua identidade.

Nenhum dos personagens de Fontane faz isso. Nele as pessoas vivem juntas, mas não em associações. Não na assim chamada parceria, mas como cada um é, de verdade. Não como meros suportes de ideias, mas sem serem

destituídos de convicções. O personagem é um comerciante do interior ou oficial ou a filha de uma família burguesa, ele é um alemão em um mundo que se mantém de pé.

E agora tenho ainda de defender o esquema do nacionalismo. No século XVIII os alemães das camadas sociais ilustres eram afrancesados, eles perseguiram então sua autocolonização de forma tão obstinada como nos dias de hoje, em que estão americanizados. A respeito disse há pouco Rudolf Augstein (*Der Spiegel* n. 10, 1975), que certamente deve ser versado nisso, que a República Federal da Alemanha segue mancando cerca de cinco anos atrás dos Estados Unidos, e então teriam começado as cópias. A nostalgia pretende ir além desta autocolonização, de volta a uma época em que, por muito tempo, se pôde falar em alemão.

Alguém poderia então dizer: isso é uma superinterpretação, você faz de seu tema a voz infeliz de nações infelizes, que tiveram de ceder ou mesmo desaparecer completamente, mas tais redescobertas do passado ocorreram inúmeras vezes. Você não sabia que as pessoas da época da Renascença estavam completamente seduzidas pela Antiguidade, e que por mais uma vez o Romantismo desenterrou a Idade Média? Gostaria, enfim, de tratar disso rapidamente, começando por algumas poucas palavras sobre a Renascença.

A redescoberta da Antiguidade, que nunca foi inteiramente esquecida, mas que por assim dizer foi posta na ordem do dia, era uma coisa da elite, que dizia respeito à nobreza, aos filólogos e poetas, aos artistas e mecenas endinheirados; a maior parte do povo, mesmo em Florença, manteve-se alheia. Apenas no espaço cultural das classes superiores é que se pôde manter a enorme tensão entre Antiguidade e cristianismo, e não sem crassos desvios pagãos como em Signorelli e Botticelli. Quando então começou a surgir um estilo inteiramente novo, em cenas com um pouco de luminosidade e alvorecer destituídos de sombras, ali se manifestou a Reforma, um movimento fanático deflagrado entre as classes inferiores que rapidamente se expandiu para a Itália e em breve levou à Contrarreforma, este retorno a um cristianismo de tipo mais vigoroso. O que se acessava e se retinha da Antiguidade eram três coisas: em primeiro lugar os motivos artísticos empregados em todas as artes, em segundo lugar uma concepção de política autônoma, no rastro de Maquiavel, e finalmente, impossível esquecer, uma noção do fascínio suscitado pelas civilizações aristocráticas e destituídas de sacerdotes. Tudo isso permaneceu mero episódio, a menos que se veja ali uma forma prévia do Iluminismo - o que até poderia ser defendido -, mas este motivo não teve penetração nem mesmo entre os mestres; e até mesmo um octogenário Michelangelo reincorporou elementos góticos (Pietà Rondanini).

No que toca ao Romantismo, com sua inclinação pela Idade Média, no geral trata-se de um cenário estranhamente difuso, instável e sem direção. Por toda parte tem-se a impressão de improvisado. Em meio a pilhas de produção literária nos perdemos e somos enredados. Porém algumas linhas se destacam, se se permite a simplificação.

Existe uma estética de Hegel, postumamente publicada. Ele empregou o termo Romantismo para o mundo que se seguiu à Antiguidade, o mundo cristão, portanto, e que ele via se estendendo até o seu próprio eu. Hegel se referiu à interioridade ou à intelectualidade como a essência deste Romantismo, e às vezes falava também da ilimitada subjetividade do ser humano. Muitas vezes não fica muito claro se está falando da cavalaria e do gótico ou da poesia e da pintura de seu tempo, repletas que estavam de elementos daquelas épocas. Já Goethe, em 1774, na sua primeira versão do *Fausto*, desloca o cenário para um quarto gótico. O gótico era percebido então, também por Goethe, como manifestamente alemão porque sua origem francesa era ignorada.

Por volta de 1820 Hegel parecia trabalhar com o pensamento de Schlegel, que em suas preleções berlinenses de 1801-1804 desenhou uma imagem elevada da Idade Média e elogiou sua suposta unicidade e universalidade para desacreditar o Iluminismo do século XVIII. Schlegel foi, por conseguinte, o autor da confrontação entre o mundo antigo-clássico e o romântico-medieval, tendo este sido considerado o mundo moderno e ainda válido.

Assim não pôde surgir nostalgia alguma, mas sim uma frente de ataque romântica de proporção verdadeiramente universal que se voltou contra o Iluminismo de origem franco-britânica. Este foi combatido inicialmente como alienação da germanidade, e contra ele os românticos mobilizaram a investigação dos primórdios de nossa história, literatura e linguagem; depois polemizaram contra a face elitista do Iluminismo, em que exerciam liderança homens distintos como Montesquieu, Locke ou D’Alambert. Por oposição, promoveu-se o popular, o conto folclórico e as sagas. E então, mais uma vez, uma cristandade artificial levantou-se contra o Iluminismo. Para todos estes ataques encontrou-se munição na Idade Média, na mais antiga língua, nas tradições populares e no cristianismo.

Deste modo, tenho a impressão que a ideologia romântica, por Hegel filosoficamente fundamentada, configura uma defesa geral contra as influências do Iluminismo. Muito tempo antes da unificação alemã buscou-se conscientemente realizar ali uma unidade espiritual na rejeição ao Iluminismo, e o movimento como um todo era, em última instância, tão político quanto sua elaboração confusa e arbitrária o permitiu. Nas suas *Preleções sobre literatura e sobre arte dramática*, publicadas em 1809, Schlegel afirma: “Na região espiritual da reflexão e da literatura, inacessíveis ao poder político, os alemães tantas vezes divididos pressentem sua unidade” (SCHLEGEL 1923, p. cxii). É esta, certamente, a célula embrionária do *topos* dos alemães como o povo dos poetas e pensadores.

Diga-se: se ao menos ainda o fôssemos. A saudade nostálgica tem um caráter próprio, como mostrei, não devendo ser comparada com a Renascença ou o Romantismo, e nenhum augúrio de grande política é nela tematizado. É a voz de nações infelizes, que se colocaram à margem da grande História. Na pequena, oxalá um dia, elas hão de encontrar o seu papel.

**Referências bibliográficas**

BENN, Gottfried. **Die Ptolemäer**. Wiesbaden: Limes, 1949.

BRIEFS, Götz. Das gewerbliche Proletariat. In: **Grundriss der Sozialökonomik**. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1925.

DE STAËL, Madame. **Da Alemanha**. São Paulo: Ed. Unesp, 2016.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

HOFFSTÄTTER, Peter R. **Individuum und Gesellschaft**. Frankfurt am Main: Ullstein, 1972.

RUSSEL, Bertrand. **Autobiographie II (1914-1944)**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1973.

SCHLEGEL, August Wilhelm. **Kritische Ausgabe**. Bonn; Leipzig: Schroeder, 1923. v. I.

TALMON, Jacob L. **Die Ursprünge der totalitären Demokratie**. Köln: Westdeutscher Verlag, 1961.